



# ELEIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 39.729.952/0001-86

Srs. Acionistas, apresentamos à V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. Ficamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Nota 31/12/2022	31/12/2021
	(não auditado)	(não auditado)
<b>Ativo</b>		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	408
Impostos a recuperar		7
Adiantamentos		1
		416
Não circulante		
Partes relacionadas	5	960
		960
Total do ativo		416
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		1
Obrigações sociais e trabalhistas	6	122
Impostos a recolher		14
		137
Patrimônio líquido	7	1.189
Capital social		1.000
Prejuízos acumulados		(910)
Total do patrimônio líquido		279
Total do passivo e do patrimônio líquido		416

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Nota 31/12/2022	31/12/2021
	(não auditado)	(não auditado)
Gastos operacionais		
Despesas gerais e administrativas	8	(924)
		(924)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(924)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	9	50
Despesas financeiras	9	(19)
		31
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(893)
Imposto de renda e contribuição social		
		(893)
Prejuízo do exercício		(893)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2022	2021
	(não auditado)	(não auditado)
Prejuízo do exercício	(893)	(10)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total do exercício	(893)	(10)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	Capital social	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021		1.000	993
Prejuízo do exercício		-	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		1.000	983
Aporte de capital		189	189
Prejuízo do exercício		(893)	(893)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	1.189	279

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Nota 31/12/2022	31/12/2021
	(não auditado)	(não auditado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(893)	(10)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Partes relacionadas	5	960
Impostos a recuperar		(5)
Adiantamentos		(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores		1
Obrigações sociais e trabalhistas	6	122
Impostos a recolher		14
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		198
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aporte de capital		189
Caixa gerado pelas atividades de investimento		189
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		387
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		408
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		387

## Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021

**1. Contexto operacional:** A Eleia Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada DL Geração e Comercialização de Energia Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de novembro de 2020, com sede na Avenida Marechal Câmara, 160, Sala 1735, Centro/RJ-CEP 20020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social o exercício de atividade de comércio atacadista de energia elétrica e atividades de corretores ou agentes de energia elétrica que intermediem a venda de eletricidade para sistemas de distribuição de eletricidade, na condição de agente comercializador. Em 18 de março de 2022, a totalidade das ações da Eleia Comercializadora de Energia Ltda. foi alienada à acionista Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e portanto não possuía nenhum contrato de compra ou venda de energia com consumidores ou comercializadores de energia elétrica. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** 2.1. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e evidenciam todas as divulgações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 11 de janeiro de 2024. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa nº 10. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequen-

te, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5. Ativos financeiros:** a) Classificação e mensuração: A Companhia não possui ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. • Empréstimos e recebíveis: incluem-se nessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, se aplicável. b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. c) Baixa de ativo financeiro: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transferem o ativo e substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade para terceiros. **2.6. Passivos financeiros:** a) Classificação e mensuração: A Companhia não possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial. • Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). b) Baixa de passivo financeiro: A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **2.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso—custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado—vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso—custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocado de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. **Ativo imobilizado—vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem o custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos para trazer esse ativo para o local e condições necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do CFC por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1)—Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25—Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 9 Financial Instruments—Taxas no teste de '10 por cento'** para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48—Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas que ainda não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2022:** Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela existência de um derivativo embutido em um passivo conversível for em si instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas

demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021
		(não auditado)	
Caixa, Bancos		30	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)		378	21
		408	21

(i) A composição das aplicações financeiras está detalhada abaixo.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Meta de Remuneração	2022	2021
(não auditado)				
Banco Itaú	CDB	99% CDI	378	-
SICRED	CDB	99% CDI	-	21
			378	21

Equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrições de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **5. Partes relacionadas:** a) Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve despesa com a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração foi paga pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. b) Ativo Circulante

6. Obrigações sociais e trabalhistas		2022	2021
		(não auditado)	
Salários a pagar		69	-
Provisão de férias		23	-
INSS a pagar		18	-
FGTS a pagar		12	-
		122	-

**7. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.189.000,00 (R\$1.000.000,00 em 2021), dividido em 1.188.543 (1.000.000 em 2021) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.

8. Despesas gerais e administrativas		2022	2021
		(não auditado)	
Pessoal (i)		470	-
Gastos com escritório		448	7
Serviços prestados		-	11
Outras despesas		6	-
		924	18

(i) Refere-se a despesas de pessoal contratado em 2022 que foi posteriormente transferido para Cobra Brasil.

9. Resultado financeiro		2022	2021
		(não auditado)	
Receitas financeiras		50	8
Receita de aplicações financeiras		50	8

Despesas financeiras		2022	2021
		(não auditado)	
IOF e demais despesas		(14)	-
Comissões bancárias		(1)	-
Outras despesas financeiras		(4)	-
		(19)	-
		31	8

**Resultado Financeiro**  
O valor no resultado financeiro da Companhia foi advindo da receita financeira sobre valores aplicados em títulos de alta liquidez. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **10. Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos a seguir mencionados, como: os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco e de capital exercidos. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Na estrutura de gerenciamento de risco a Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia a) **Riscos de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente ativo financeiro de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Ativos financeiros		2022	2021
		(não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa		408	21
		408	21

**Caixa e equivalentes de caixa**—representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que reduz o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. b) **Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco de taxa de juros**—refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. **Risco de liquidez**—é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O montante de R\$1, em 31 de dezembro de 2022 relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possui prazo de liquidação para os próximos 12 meses. **Risco de captação**—A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. c) **Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico:** A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. **10.1. Categorias de instrumentos financeiros**

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado

**Passivos financeiros**  
Fornecedores Passivo financeiro ao custo amortizado

**10.2. Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes conforme posição dos extratos bancários, aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. **11. Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Alfonso Brunner Beamud - Diretor - CPF 227.693.428-00  
Wellington Santana - Controller/ Contador - CRC-RJ 104.308/0-8  
CPF: 099.490.527/00

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
Como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2024.  
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S. S. Ltda. - CRC SP-015199/F/  
Ricardo Gomes Leite - Contador CRC RJ-107146/O